

Edited by Foxit Reader  
Copyright(C) by Foxit Corporation,2005-2010  
For Evaluation Only.



## *Capítulo 7*



# Intérpretes de Língua de Sinais: uma política em construção



MARA LÚCIA MASUTTI<sup>1</sup>

SILVANA AGUIAR DOS SANTOS<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Doutora em Literatura pela Universidade Federal de Santa Catarina, trabalha há 15 anos no CEFETSC, com a Educação de Surdos, no Núcleo de Ensino e Pesquisa em Educação de Surdos (NEPES).

<sup>2</sup> Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina. Intérprete de Língua de Sinais Brasileira/Português na Universidade Federal de Santa Catarina.

A área de tradução em Língua de Sinais vem sendo problematizada nos meios acadêmicos atualmente com mais intensidade. Isso ocorre principalmente porque está havendo uma pressão dos movimentos surdos impulsionando a abertura dos espaços públicos às diferenças e a pesquisas relacionadas aos Estudos Surdos, o que fortalece a inserção de questões culturais éticas e políticas nas pautas reivindicatórias.

Rupturas de conceitos essencialistas de cultura, identidade e língua possibilitam que campos de representação emerjam mais sintonizados com os saberes que circulam à margem das instituições sociais. A reconfiguração de imaginários constituídos a partir de perspectivas logofonocêntricas, ou seja, que partem de uma lógica centrada no som, exige um processo de revisão de posturas em relação à alteridade<sup>3</sup>. Isso significa dizer que a subjetividade e as práticas que a produzem, formam-na e a deformam e precisam ser questionadas em seu âmago. Esse questionamento parte de



---

<sup>3</sup> Derrida, em *Gramatologia* (2004), questiona a tradição logofonocêntrica, que remonta a Platão. A concepção logofonocêntrica toma a fala como presença (o dentro, o inteligível, a essência, e a verdade), e a escritura como algo inferior e subordinada à fala (o fora, o sensível, a aparência e o falso). Derrida propõe uma ruptura do conceito de escritura centrada na perspectiva do som, e se opõe às concepções fonologistas em relação à produção de sentidos, revela ainda como Saussure foi obrigado a rever seu conceito de língua a partir de suas observações dos sistemas simbólicos visuais e da própria Língua de Sinais.

elementos desconstrutores do que se pressupõe o lugar do saber. Ou seja, para que se exerça a crítica do instituído, amalgamado, estereotipado e fixo, é preciso pôr em crise aquilo que acreditamos saber, a sua origem, destino e fidelidade.

A figura do intérprete de Língua de Sinais entra nesse contexto que é marcado por uma lógica logofonocentrista. Os intérpretes de Língua de Sinais entram em uma perspectiva extremamente tensa dentro desse contexto que mobiliza o tecido social, porque tomam parte de um processo de significação com muitas variáveis que entram em cena:

150



Quanto mais se reflete sobre a presença dos intérpretes de Língua de Sinais, mais se compreende a complexidade de seu papel, as dimensões e a profundidade de sua atuação. Mais se percebe que os intérpretes de Língua de Sinais são também intérpretes da cultura, da língua, da história, dos movimentos, das políticas da identidade e da subjetividade surda, e apresentam suas particularidades, sua identidade, sua orbitalidade. (PERLIN, 2006, p.137)

Nas aproximações culturais e lingüísticas que os intérpretes de Língua de Sinais realizam, geralmente, ocorrem processos de desconstrução na forma de ver, pensar e sentir a diferença, possibilitada no contato com as comunidades surdas. Esse intervalo de desconstrução/tradução (que não apenas representa a passagem de uma língua para outra, e de uma cultura a outra) não é estável, livre de tensões, ao contrário, ele opera com a organização de diferentes processos do campo simbólico e imaginário, que trazem marcas inconscientes. A tensão reside no caráter de abertura do texto à sua infinitude de sentidos, cada ser não pode ser reduzido

a uma representação. Essa mobilidade e incerteza de sentidos com as quais o intérprete se defronta produz choques de realidade. Muitas vezes, o que se pensa a respeito da língua, da cultura e da subjetividade do outro, no ato tradutório se desmonta como um castelo de areia:

A diferença requer tradução sem o delírio ilusório de que é possível capturá-la em um texto estável e homogêneo. Viver a diferença é se arriscar o tempo todo em um intervalo que se produz de instante a instante, recolocando acentos, recriando formas. A primeira lição a aprender é que não existem fórmulas em relação à alteridade, mas abertura de sentidos para produzir relações de hospitalidade. (MASUTTI, 2007, p.3)

151



As demandas que surgem no processo de intermediação cultural entre surdos e ouvintes impõem a intérpretes uma preparação muito rápida para se adequar ao que dinamicamente vai surgindo. Mas, essa preparação na realidade é fictícia porque não há formulários e nem mesmo cursos de capacitação que possam dar conta daquilo que resulta de um processo intenso de subjetivação e desconstrução de concepções arraigadas em modelos logofonocêntricos. O que queremos dizer é que o contato é o principal articulador de sentidos quando se trata de encontros culturais com experiências díspares, e que o choque da diferença não se resolve com olhares marcados por algo já instituído. A abertura para o que não se sabe, o que virá no encontro com o outro, e o abandono de pré-julgamentos de ordem lingüística, cultural, etc, fará a diferença no ato tradutório. Em uma perspectiva psicanalítica é o que se denomina de escuta, que não tem nada a ver com

discriminar sons, mas se pôr em uma relação ética de apagamento de si para produzir uma empatia em relação ao outro:

Ao contrário de ouvir, a escuta pressupõe uma disponibilidade à presença do outro, um deixar se afetar e afetar o outro com sua presença. A escuta seria então a escuta daquilo que me afeta tanto no que me reconheço quanto naquilo que me faz desconhecer-me.

Se a possibilidade de escuta me lança, a princípio, num território familiar, despertando em mim uma sensação de auto-reconhecimento, um sentimento de identidade, em seguida lança-me numa situação de desamparo de estranhamento, de não reconhecimento de mim e do outro. Nessa direção, escutar é colocar-se à disposição para saber-se outro, de um outro, este teatro das representações, dos afetos, das experiências etc. que marcaram o sujeito ao longo de sua existência. A relação transferencial seria, neste contexto, a propiciadora da escuta. (KANAAAN, 2002, p.37-38)



Em uma sociedade estruturada por práticas logofonocêntricas não causa estranhamento à maioria a “marginalização” de discursos e reivindicações enunciadas por movimentos surdos e outros movimentos cujas premissas não correspondem à lógica central imperante. Que tipo de escutas, no sentido acima referido, ocorre em relação a comunidades situadas fora da lógica logofonocêntrica? Os intérpretes de Língua de Sinais estão dentro desse contexto de invisibilidade discursiva em nome de um totalitarismo lingüístico e cultural, e justamente por descortinarem pouco a pouco a diferença de universos não logofonocêntricos sofrem tensões especialmente no campo das relações institucionais.

Nesse processo de alijamento das comunidades surdas das instituições que regulam o discurso autorizado, há muitas histórias oficiais e não-oficiais a serem narradas. A história, por sua vez, é movimento de sentidos, é uma narração parcial, obliterada e que se cruza com o campo ficcional como defende White (1994) e Benjamin (1994). Apenas perspectivas delas podem ser apontadas como balizas para remeter a novos circuitos de relações a serem construídas.

### Perspectivas históricas do campo da interpretação em Língua de Sinais

No Brasil, em meados da década de oitenta surgiram os primeiros trabalhos de interpretação em Língua de Sinais desenvolvidos em instituições religiosas e nas relações familiares e de amizades com surdos, conforme assinala Santos (2006). Nessa época, os intérpretes não tinham o status profissional que hoje possuem, mas muitos daqueles intérpretes que atuavam nesses espaços se tornaram, ao longo dos anos, líderes da categoria e, atualmente, participam do cenário nacional enquanto articuladores do movimento em busca da profissionalização desse grupo, como membros e presidentes das associações de intérpretes de Língua de Sinais no país.

A questão das igrejas, das religiões, da família e dos espaços empíricos como um dos primeiros meios de atuação é algo frequente na área da interpretação/tradução de maneira geral, mas não são histórias narradas e percebidas como sistemas culturais passíveis de importantes análises. Nesse sentido, para ressignificar esse olhar redutor, é significativo tomar um viés adotado por Geertz (2001) que contrapõe, por exemplo, a visão da religião tomada como uma instância de experiência particular e subjetiva



ao seu caráter político e social. Vale dizer, muitos trabalhos com a Língua de Sinais continuam sendo desenvolvidos nessas espécies de frentes paralelas e que merecem uma investigação frente ao que ocorre nessas vias em termos de discursividade e ações efetivas. Sob essa perspectiva, Masutti (2007) exemplifica como os circuitos de Língua de Sinais das Testemunhas de Jeová e o seu projeto de exportação cultural e lingüística dos EUA como articuladores, dentro daquela organização, de um arcabouço tradutório desenvolvido no contato com a comunidade surda contribui para a formação de intérpretes de Língua de Sinais.

154



Se recuarmos no tempo veremos que durante o Iluminismo, segundo Delisle e Woodsworth (2003, p.258), a posição social dos intérpretes, também, se explica pela sua omissão nos anais da história, porque eram: “*híbridos étnicos e culturais, muitas vezes do sexo feminino, escravos ou membros de uma ‘subcasta’ – cristãos, armênios, judeus que viviam na Índia britânica, por exemplo, (Roditi, 1982, p.6) -, esses intermediários não recebiam nos registros históricos o tratamento que mereciam*”. Já na Idade Média, de acordo com os mesmos autores, os encontros diplomáticos marcaram a presença dos intérpretes de línguas orais em conferências, pois necessitavam de um intermediador lingüístico e cultural para os países representados nesses encontros. Antes, as negociações diplomáticas internacionais eram realizadas em francês, uma vez que essa era a língua que predominava na época.

Essa situação começa a mudar a partir da Primeira Guerra Mundial, pois, segundo Pagura (2003), houve o Congresso de Viena (1814-1815), com a participação dos Estados Unidos, e interpretações realizadas, desde então, em francês e inglês. Pagura cita Paul Mantoux como um dos primeiros intérpretes das conferências e que atuou, também, no Tratado de Versalhes. Nessa época, era comum, além das guerras em nome das religiões e, por conseqüência,

a evangelização dos povos, a necessidade da intermediação cultural e lingüística. Todos esses intermediadores lingüísticos e culturais atuavam sem muito conhecimento do processo de interpretação, mas se inseriam nas comunidades a fim de aprenderem a língua para passar os ensinamentos bíblicos; caso não houvesse esse processo, o risco que se corria e o “truncamento” das informações era bem maior do que aquele ensinado na língua “nativa”.

Com a Língua de Sinais, esse processo também ocorreu. As primeiras interpretações nesta língua iniciaram-se, provavelmente, na França, até mesmo por conseqüência do próprio processo histórico que este país teve em relação à educação de surdos. Alguns desses registros datam do início do século XX, conforme segue abaixo:

Pagura (2003) afirma que nos meios profissionais se usa a expressão “método *sink or swim*” para a formação dos intérpretes daquela época, isto é, significa de forma literal “afogue-se ou nade”, uma vez que os mesmos não recebiam orientação alguma de como atuarem. Nessa época, a interpretação consecutiva era a mais utilizada. No entanto, era desgastante tanto para os intérpretes e palestrantes como para o público, pois se exigia bem mais tempo nessa modalidade. Outro elemento que contribuiu para perdurar essa forma de interpretação foi a falta de equipamentos tecnológicos que permitissem a interpretação simultânea.

Rodriguez (2001) afirma que nos séculos XVIII e XIX, em decorrência da revolução industrial, há maior crescimento nas cidades, trocando também as concepções acerca do trabalho e do papel das pessoas surdas na sociedade. Para evitar o isolamento dos surdos, segundo a autora, instituições com fins religiosos, educativos, sociais e de ajuda em geral ofereciam diferentes serviços para a comunidade surda. As pessoas que tinham contato com algum parente surdo assumiram o papel de “ponte” entre a comunidade surda e os ouvintes:





(Jean-Louis Michaud, Président de la Maison des Sourds et Sourds-Aveugles de Poitiers).

[www.cis.gov.br/img/jpg/interpretpoitiers2.jpg](http://www.cis.gov.br/img/jpg/interpretpoitiers2.jpg)

Estos “intérpretes” trabajaban para el bien de la comunidad sin recibir ningún pago a cambio. Sus funciones sobrepasaban en cierta medida las propias del profesional de la interpretación tal y como se entendien hoy en día, ya que en la mayoría de los casos actuaban también como guías o asistentes, aconsejando y apoyando a las personas sordas, lo que, en muchos casos, conllevaba situaciones de sobreprotección. (RODRÍGUEZ, 2001,p.18)

Situação semelhante, no espaço familiar, aconteceu com os filhos ouvintes de pais surdos. Pela aquisição e fluência com que os filhos, em convivência com seus pais, tinham da língua, desenvolviam a atividade de interpretar, intermediando surdos e ouvintes. Esse fato nos é apresentado pelos CODAS<sup>4</sup>, “*ao relatarem à realidade de como era vista a função do ILS num passado não muito distante, em que a interpretação para surdos não era considerada uma profissão até 1964 e que os CODAS geralmente não eram pagos pelos seus serviços*” (Wilcox, 2005, p.154).

Nos Estados Unidos, a organização dessa categoria profissional se iniciou em 1964, quando um grupo de intérpretes de língua sinalizada estabeleceu o Registro de Intérpretes para Surdos. Esse registro assumiu a responsabilidade de formação, treinamento e avaliação, estabelecendo código de comportamento ético. Promoveu, também, *workshops* com a finalidade de implementar um sistema de avaliação nacional, naquele país, para testar e certificar os intérpretes habilitados a desempenhar suas atividades (Wilcox, 2005).

<sup>4</sup> Em inglês essa sigla significa “Children of Deaf Adults”, isto é, filhos de adultos surdos. Sobre a temática Quadros e Masutti (2007) escrevem o artigo “CODAS brasileiros: Libras e Português em zonas de contato”, em Estudos Surdos II (2007).



É interessante observar que essas organizações de categoria são importantes para alavancar mudanças e aperfeiçoamentos na área de tradução. Os intérpretes de línguas orais, por exemplo, com o passar dos tempos, foram se organizando profissionalmente em diversos países por meio de associações. No âmbito internacional, há a Associação Internacional de Intérpretes de Conferências; no Brasil, a Associação Profissional de Intérpretes de Conferências. Esses intérpretes se organizaram profissionalmente, reivindicaram formação, por meio das universidades e escolas de formação e obtiveram conquistas a partir dessas reivindicações.

Já os intérpretes de Libras no Brasil, embora em proporções diferentes, apresentam um movimento organizativo que aos poucos vem ganhando fôlego em eventos tais como: *I Encontro Nacional de Intérpretes*, organizado pela FENEIS no Rio de Janeiro em 1988, *II Encontro Nacional*, também, no Rio de Janeiro em 1992; *I Encontro Nordestino de Intérpretes de Libras*, realizado em João Pessoa, em 1998; *I Seminário de Intérpretes*, realizado em São Paulo, em 2001; *I e II Encontro de Intérpretes do estado de Santa Catarina*, realizados em Florianópolis, respectivamente, no ano de 2004 e 2005.

A cada ano tem se tornado mais visível como a militância dos movimentos surdos tem buscado novos rumos para a suas lutas incluindo a questão da tradução e interpretação. Questões sobre a formação dos ILS estavam incluídas no projeto de lei encaminhado pela Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos, em 1996, ao Congresso Nacional. Porém, a lei de Libras 10.432 foi aprovada somente no ano de 2002 e regulamentada em dezembro de 2005 por meio do decreto 5626.

Neste decreto há capítulos que tratam do intérprete e do direito dos surdos à sua contratação em espaços institucionais. Os surdos, os intérpretes e profissionais da área, em razão das demandas crescentes de ressignificar a participação da comunidade surda em inúmeros fóruns das quais ela foi historicamente excluída, como



é o caso das instituições de ensino básico, médio e superior, vêm desenvolvendo pesquisas<sup>5</sup> nas áreas da educação, da lingüística, da tradução, da literatura e outras. Desdobram-se assim as tramas que envolvem essa relação complexa entre surdos e ouvintes, e incitam a participação em um movimento nacional que busca os direitos dos cidadãos, o que implica também na organização das categorias profissionais no trabalho com a diferença.

Pires e Nobre (2004) destacam que na Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos há um departamento específico, denominado Departamento Nacional de Intérpretes da FENEIS – DNIF-, responsável pelas questões referentes aos intérpretes de Libras. Entendemos que a participação e fortalecimento da FENEIS como uma instância política que se contrapõe às perspectivas logofonocêntricas é fundamental nesse processo de redefinição dos espaços das línguas, identidades e cultura. A FENEIS traz a diferença para campo de negociação por meio de representações organizadas; os movimentos surdos mobilizam os discursos e ações que são imprescindíveis à preparação imediata de estruturas que operem com a diferença. Tal preparação pressupõe repensar as diversas áreas do conhecimento a partir das culturas em cena na relação. Isso se torna um processo de tradução cultural em zonas de contato.



## Aspectos culturais e as zonas de contato

Entre surdos e ouvintes há a necessidade de reconhecer as zonas fronteiriças de contato e as linhas de diferença que se fazem no

---

<sup>5</sup> Pesquisas sobre esta temática têm sido desenvolvidas conforme: Perlin (1998, 2003), Miranda (2001), Rangel (2004), Ferreira-Brito (1995), Fernandes (2003), Rosa (2005), Lima (2006), Santos (2006) e Masutti (2007).

decorrer do processo e não tentar neutralizá-las com um pseudo-apaziguamento. Pratt (1999, p.31-32) utiliza o termo “zonas de contato” para se referir ao “espaço dos encontros coloniais, no qual as pessoas geográfica e historicamente separadas entram em contato umas com as outras e estabelecem relações contínuas, geralmente associadas às situações de coerção, desigualdade radical e obstinada”. O que está posto nesse campo teórico é que não é possível fazer de conta que não existem tensões implicadas entre grupos culturais distintos. As relações são conflituosas e há densidades de sentidos que resultam dos próprios sistemas que cada sujeito está submetido. Visibilizar a opacidade relacional, a impossibilidade de nitidez dos contornos culturais e de mapeamentos identitários estáveis torna-se, então, uma questão de ética, e que leva necessariamente a uma problematização conseqüente da tradução.

160



O projeto tradutório se articula em campos de saber que se inscrevem para além de questões lingüísticas. Há um conjunto de elementos que precisam ser pensados em relação ao que envolve a tarefa do tradutor. Muito mais que tentar um conjunto de equivalências que possibilitam o trânsito de significados, a tradução implica operações que afetam a subjetividade dos envolvidos e uma política cultural abrangente.

Concomitante a um olhar para as macro-estruturas que organizam políticas institucionais, torna-se necessário perceber os compassos marcados nos campos das singularidades dos intérpretes que marcam uma constituição particular de subjetivação, ou uma maneira própria de significar uma experiência, o que já coloca em discussão o conceito de fidelidade. A noção de sujeito tem muitas representações paradigmáticas. Isso implica pensar que as experiências de cada intérprete nos falam e reportam a diferentes concepções de sujeito e de lugares de construção da representação de si e do outro. As generalizações e conceitos fechados sobre o

que seja interpretação e tradução não dão conta das várias nuances tradutórias que podem ser apontadas na leitura dos sintomas de relação nas zonas de contato.

Não é incomum, por exemplo, a situação de intérpretes que, embora afeitos à cultura surda e fluentes em Libras, apresentam no momento de exposição pública uma sensação de desconforto e nervosismo para verbalizar o texto processado em Língua de Sinais. Esse é um fato que deve ser considerado, porque o grau de exposição do intérprete em termos lingüísticos e culturais durante seu ato performático pode afetar profundamente a subjetividade desse indivíduo, que, ao se sentir acuado diante das demandas das platéias surdas e ouvintes, às vezes, opta por desistir da função. Muitas situações geram constrangimentos e traumas pela sensação de impossibilidade de representar a fala do outro. Como a formação dos intérpretes de Língua de Sinais sempre foi relegada a um segundo plano, a insegurança em relação ao processo de tomada de decisões de interpretação afeta esses profissionais, expostos a uma visibilidade em face à modalidade de língua. Se os intérpretes de línguas orais podem estar refugiados em suas cabines e ligados à sua platéia sem vínculos que os reconheçam imediatamente, não é o caso dos intérpretes de Língua de Sinais. Mesmo quando interpreta para o Português o que foi expresso em Língua de Sinais há uma sensação de que todos o reconhecerão, porque o seu corpo já foi exposto e todos sabem de quem se trata, o que torna o processo ainda mais tenso, frente ao imaginário constituído.

A pergunta pela representação que a própria língua oral assume para cada intérprete é fundamental; como o sujeito se relaciona com a própria língua interfere no campo de ação, mas também como ele se relaciona com a Língua de Sinais afetará significativamente na sua produção oral. No momento de verbalização da Língua de Sinais, os intérpretes podem sentir a estranheiridade, e as fronteiras



como um desconforto. Nesse ponto, contribuem para a reflexão o debate teórico em torno de linguagem e poder, como a produção de Wrigley (1996), Niranjana (1992), Bhabha (2001), Hall (2003).

Ao lidar com a voz, comparecem as expectativas e os estereótipos em relação ao que significa falar bem, ser fluente na própria língua e na estrangeira. Emerge uma avaliação do intérprete a partir do que a sociedade convencionou como padrão da norma culta. Intérpretes sabem que o ouvido do outro ouvinte tenta defini-lo, bem como rotular o surdo que está sendo interpretado, em razão de seu domínio lingüístico. Esse imaginário produz reações psíquicas, cognitivas e afetivas, uma série de componentes que acabam fazendo, indiretamente, parte do texto do intérprete, avesso a um possível um escárnio frente a um texto considerado pouco claro ou obtuso.

162



Não são fáceis e nem tão raras as situações de intérpretes que passaram pelo constrangimento de ficarem emudecidos diante de um sinal que não conseguiam capturar no instante da interpretação. O bloqueio psicológico de não suprir a demanda do surdo, ansioso por desvelar o sentido imediatamente, e nem a do ouvinte que, às vezes, questiona de forma reiterativa “o que está sendo falado, o que está sendo falado?” deixa cicatrizes nos intérpretes. Acrescida a essa responsabilidade de ter que acertar, alguns intérpretes sabem que muitas vezes são monitorados por surdos que são hábeis em leituras labiais e ali se instaura uma guerra de significados. Outras vezes, o olhar surdo torna-se uma oportunidade ímpar para aprimorar o conhecimento desse intérprete. É nessa corda bamba de relações tecidas diariamente que o intérprete sofre seus impactos emocionais e se habilita a se desconstruir para se hibridizar.

No meio universitário impera, de acordo com Lacan, o discurso do mestre, dentro do qual somos todos escravos, e tudo será

apropriado por ele, todo o superávit.<sup>6</sup> Dentro dessa lógica, não é difícil compreender porque nesse espaço a exigência profissional é extremamente opressiva. Espera-se que intérpretes possam dar conta de elaborados campos conceituais dos mestres em pouco tempo, e que dominem as áreas de conhecimento como se fosse algo corriqueiro em suas vidas. A construção teórica passa a ser cada vez mais elaborada e ali se desenvolvem campos de experiências intocados anteriormente pelas Línguas de Sinais. A invisibilidade do tradutor/intérprete, que não acessou previamente os conceitos, mas que deve assumir a função de ser o canal de passagem de língua, linguagens, sensações, abre perguntas em torno das implicações dos sujeitos e a suas formas de escuta. Remete também ao caráter político que é processual, mas que também é abissal em sua forma de construir. Se de um lado o texto não está disponível como gerar sentidos a partir dessa indisponibilidade sem entrar no domínio da recusa? São os desafios paradoxais das relações em zonas de contato.

A entrada do surdo e da Língua de Sinais nas instituições conforma novos tipos de relações com o saber, e isso é uma criação que atravessa a interpretação. Por outro lado, cria-se a ilusão e a expectativa de que o intérprete possa prescindir do tempo de gestar idéias e de se apropriar das mesmas para compor suas versões. Entretanto, o discurso do histórico, que de acordo com Lacan se contrapõe ao discurso do mestre por forçá-lo a encontrar uma falta em seu saber, está negado ao intérprete de antemão.

No entanto, a cotidianidade universitária e dos âmbitos escolares não dispõem desse tempo para o intérprete. A criação, muitas



---

<sup>6</sup> Alberto Moreiras (2001) em “A exaustão da diferença: a política dos estudos culturais latino-americanos” destaca os quatro discursos de Lacan e aponta relevantes reflexões sobre o contexto universitário e suas implicações mercadológicas.

vezes, dos professores e palestrantes se dá no momento da aula ou do evento, e intérpretes não têm a chance de operar junto com esses profissionais nem mesmo com alguns minutos de antecedência. O rolo compressor de atividades cada vez mais numerosas e a bulimia informacional acadêmica não reserva espaço para a leitura, releitura e prazer degustativo do saber. Os textos, nem sua versão em Português, nem versões em Língua de Sinais em vídeos, na maioria dos casos não são fornecidos com antecedência a intérpretes e é no instante que está ocorrendo a apresentação que os profissionais aturdidos trabalham sob a pressão da urgência e da competência que lhes é exigida.

Ainda não há empatia e nem implicação suficiente da sociedade para perceber a posição tensa dos intérpretes de Língua de Sinais em situações de interpretação simultânea. A revisão de procedimentos daqueles que se valem de seu trabalho é fundamental. Questionar-se a respeito de como é possível contribuir no jogo complexo da tradução/interpretação faz parte de uma desconstrução que tanto surdos quanto ouvintes precisam fazer, o que pressupõe um aspecto importante da ética na relação com o outro.

Tanto ouvintes quanto os surdos precisam entender que o processo de intermediação é um ato que solicita um laço entre todos os participantes. Não se implicar com a tarefa de tradução pode denunciar um excesso de confiança naquele que produz a versão, ou, por outro lado uma desatenção ao interlocutor, uma vez que não se investigam os efeitos de sentidos criados a partir das formas enunciativas elaboradas pelos intérpretes.

O questionamento sobre como é possível se implicar na tarefa da tradução, interligado ao papel que se desempenha, é vital para oxigenar o campo da interpretação em várias áreas. Isso contribui para que intérpretes ampliem seu campo de visão para o ato tradutório. O sentimento de impotência frente à tradução deveria ser um ônus a ser assumido coletivamente; imputar a responsabilidade apenas ao



intérprete não parece razoável. Quando a interpretação falha, a cadeia de significantes se rompe, os sentidos não circulam, e isso afeta a todos. Então por que isso não se torna uma responsabilidade de parcerias?

Se de fato entendemos que o texto é um corredor de sentidos, como ensina Barthes (1988), não é possível neutralizar a intervenção tradutória, há que se pensar sobre os ecos das versões, e nisso reside uma ética. O que comumente ocorre é que a maioria das pessoas problematiza apenas o fazer do intérprete, não colocando em crise a própria implicação com esse outro que é um intermediário - produtor textual e não meramente um reproduzidor textual, subordinado a um original. Nesse sentido, é necessário refletir sobre o que significa a produção de identidades e diferenças dos intérpretes assinalada por Perlin(2006) e as suas estratégias textuais em diferentes territórios. Leitura que os espaços acadêmicos e os movimentos surdos devem avançar com a meta de impulsionar o surgimento de representações políticas que esgacem o sentido do que se concebe tradicionalmente como espaço cultural e a função do intelectual.



## Referências Bibliográficas

- BHABHA, H. K. *O local da cultura*. Trad. M. Ávila, E. L. de Lima Reis, G. R. Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.
- BARTHES, R.. *O rumor da língua*. Trad. M. Laranjeira. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- BENJAMIN, W. *Obras escolhidas III: Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. Trad. José Carlos M. Barbosa Hemerson Alves Baptista. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- DELISLE, WOODSWORTH. *Os tradutores na história*. Tradução: Sérgio Bath. 1ed. São Paulo: ÁTICA, 2003.
- DERRIDA, J. *Gramatologia*. Trad. M. Chnaidermane, R. J. Ribeiro. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

- FERREIRA-BRITO, Lucinda F. *Por uma gramática das línguas de sinais*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/UFRJ, 1995.
- FERNANDES, E. *Linguagem e surdez*. Porto Alegre: Artemed, 2003.
- GEERTZ, C. *Nova luz sobre a antropologia*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Trad. A. Resende et al. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003.
- KANAAN, D. A. *Escuta e subjetivação: a escritura de pertencimento de Clarice Lispector*. São Paulo: Casa do Psicólogo, EDUC, 2002.
- LIMA, E..S. *Discurso e identidade: um olhar crítico sobre a atuação do(a) intérprete de Libras na educação superior*. Dissertação de Mestrado: Universidade de Brasília, 2006.
- MASUTTI, Mara L. *Tradução cultural: desconstruções logofonocêntricas em zonas de contato entre surdos e ouvintes*. Tese de Doutorado: Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.
- MIGNOLO, Walter. D.. *Histórias locais/ projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Trad. S. R. de Oliveira. Belo Horizonte, 2003.
- MIRANDA, W. *Comunidade dos Surdos- olhares sobre os contatos culturais*. Dissertação de Mestrado: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.
- MOREIRAS, Alberto. *A exaustão da diferença: a política dos estudos culturais latino-americanos*. Trad. Eliana Reis e Gláucia Gonçalves. Belo Horizonte: UFMG, 2001.
- NIRANJANA, T. *Siting translation: history, pos-structuralism, and the colonial context*. Los Angeles: University of Califórnia Press, 1992.
- PAGURA, R.J. *A interpretação de Conferências: interfaces com a tradução, escrita e implicações para a formação de intérpretes e tradutores*. DELTA – Revista de Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada, São Paulo, v.19, 2003.
- PERLIN, G. “A cultura surda e os intérpretes de Língua de Sinais”, ETD-Educação temática digital, Campinas, v.7, n.2, jun/p.135-146, 2006.



- \_\_\_\_\_. *Histórias de Vida Surda: Identidades em questão*. Dissertação de Mestrado: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998.
- \_\_\_\_\_. *O ser e o estar sendo surdo: alteridade, diferença e identidade*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.
- QUADROS, R.M. de; MASUTTI, M.L.. “CODAs brasileiros: Libras e português em zonas de contato”. In *Estudos surdos II*. Petrópolis: Rio de Janeiro, 2007.
- PIRES & NOBRE. C. L. e M. A. *Uma investigação sobre o processo de interpretação em Língua de Sinais*. In: *Invenção da Surdez I*, Thomaz Lopes. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.
- PRATT, M. L. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Trad. J. H. B. Gutierre. São Paulo: EDUSC, 1999.
- \_\_\_\_\_. *A crítica na zona de contato: nação e comunidade fora de foco*, revista travessia, n.38 jan/jun 1999.
- RANGEL, Gisele. *História do povo surdo em Porto Alegre: imagens e sinais de uma trajetória cultural*. Dissertação de Mestrado: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.
- RODRÍGUEZ. E. de los S. *Técnicas de la interpretación de lengua de signos*. 2ed. Barcelona: CNSE Fundación, 2001.
- ROSA, A.. *Entre a visibilidade da tradução da Língua de Sinais e a invisibilidade da tarefa do intérprete*. Dissertação de Mestrado: Universidade Estadual de Campinas, 2005.
- SANTOS, S. A. *Intérpretes de Língua de Sinais: um estudo sobre as identidades*. Dissertação de Mestrado: Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.
- WILCOX, S.. *Aprender a ver*. Tradução: Tarcísio de Arantes Leite. Petrópolis: ARARA AZUL, 2005.
- WHITE, H. *Trópico do discurso: ensaio sobre a crítica da cultura*. Trad. A. C. de Franca Neto. São Paulo: Ed. USP, 1994.
- WRIGLEY, O. *The politics of deafness*. Washington: Gallaudet University Press, 1996.

